



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018

p. 400-418.

# Os CIStemas das mídias digitais: notas sobre a perspectiva de um homem trans sobre os aplicativos voltados ao público gay

Fabio Morelli<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto possui como objetivo traçar pistas sobre como um homem transexual negocia suas experiências em meio aos aplicativos destinados à busca por parceiros afetivos e sexuais, como o *Hornet* e o *Tinder*. A partir do relato de Sérgio, é possível perceber o quanto as identidades transmasculinas possuem enormes desafios quanto à sua inteligibilidade, porque tanto nos espaços off-line quanto nos on-line não só há dificuldades para o entendimento de suas configurações corporais e estéticas, como também essa ininteligibilidade faz com que as experiências ligadas às transmasculinidades alcancem as margens do desejo e, assim, percam a preferência como potenciais parceiros/as afetivos e/ou sexuais. Isso se dá devido a uma configuração dos espaços, tanto on quanto off-line, a partir da heterocisnormatividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** cisgênero; transmasculinidades; heterocisnormatividade; masculinidades; mídias digitais.

**Abstract:** The article aims to track some clues about how a transsexual man negotiate his experiences in context of digital media applications while looking for for affective and sexual partners, as *Hornet* and *Tinder*. From a Sérgio's account, it is possible to perceive how transmasculinities identities have enormous challenges about their intelligibility, because no matter if they are in off-line spaces or in on-line spaces, there are not just the difficulties toward the understanding of their body and esthetics configurations, but also this unintelligibility makes that the experiences linked to transmasculinities achieve the margins of desire and, in this way, lose the preference as potential affective and sexual partners. This happens because there are certain configurations of the spaces, as on as off-line, from the heterocisnormativity.

**Keywords:** cisgender; transmasculinities; heterocisnormativity, masculinities; digital media.

**Resumén:** Este texto propone echar luz sobre cómo un hombre transexual negocia sus experiencias en contexto de aplicaciones en mídias digitales destinados a la búsqueda de compañeros/as afectivos y sexuales, a ejemplo de *Hornet* y *Tinder*. A partir del relato de Sérgio, es posible percibir cuánto las identidades transmasculinas poseen enormes desafíos en cuanto a su inteligibilidad, porque tanto en los espacios off-line como en los on-line no sólo hay dificultades en que haya entendimiento de sus configuraciones corporales y estéticas, como también esa ininteligibilidad hace que las experiencias ligadas a las transmasculinidades alcancen los límites del deseo y, así, pierdan la preferencia como potenciales compañeros afectivos y/o sexuales. Esto se da debido a una configuración de los espacios, tanto on y off-line, a partir de la heterocisnormatividad.

**Palabras clave:** cisgênero; transmaculinidades; heterocisnormatividad; masculinidades; médios digitales.

<sup>1</sup> Licenciado e bacharel em Ciências Sociais (UNESP-Marília) e mestre em Psicologia (UNESP-Assis). E-mail: fabio.morelli@hotmail.com

Recebido em 07/06/17  
Aceito em 14/12/17

## 1. Introdução

O presente ensaio<sup>2</sup> parte das experiências de uma pessoa que se reconhece como homem trans e sua inserção em aplicativos em mídias digitais móveis para pensar alguns dos efeitos e tensões entre experiências de gênero, afeto, erotismo e formas de manuseio da adversidade em contexto de parcerias afetivas e sexuais. O escopo das questões aqui tratadas provém de uma pesquisa realizada nas e a partir das mídias digitais, mais especificamente os aplicativos geolocalizados voltados a segmentos majoritariamente caracterizados como de homens gays - especificamente os serviços do *Grindr*, *Hornet* e, em alguma medida, também o *Tinder*. A partir desses espaços, a pretensão da pesquisa é refletir sobre gênero e performatividades contemporâneas, especialmente as masculinidades.

O texto, contudo, não pretende produzir uma interpretação sociológica universalista e generalizante. As elaborações e questões aqui tratadas têm como norte as experiências de um sujeito particular e o esforço é de construir um edifício analítico sobre gênero, afeto, mídias e estigma a partir da perspectiva desse interlocutor especial. Quando nos conhecemos, em 2015, Sérgio<sup>3</sup> tinha 22 anos e se apresentava como homem trans, bissexual, branco e de classe média. Residia em São Paulo, na casa dos pais, e não namorava.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebi a ausência de homens trans, tampouco não-binários, não só em meu campo de investigação, mas também no contexto de outras pesquisas que se debruçam sobre a compreensão dessas relações entre erotismo, sexo, corpo e afeto nas mídias digitais, como os aplicativos aqui abordados. Por meio de um contato com lideranças do IBRAT da época, solicitei a viabilidade de conversar com algum homem trans que utilizasse tais aplicativos. Consegui uma entrevista com Sérgio, realizada via Skype, em agosto de 2015. A entrevista se deu a partir de um roteiro semiaberto em que as perguntas abordavam temáticas disparadoras cujas respostas poderiam se dar mais próximas do entendimento e conveniência do interlocutor.

Partindo das informações construídas nesse diálogo com Sérgio, o artigo pretende apontar algumas questões sobre uma possível analogia entre identidades trans e cisgêneras, afetos e erotismos

---

<sup>2</sup> Aproveito para agradecer imensamente a leitura minuciosa e muito disposta de Alexandre Peixe, coordenador do IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidade) e de Thiago Oliveira, mestre e doutorando em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Ambos compartilharam as suas visões sobre o texto e as dicas foram incorporadas de modo a contribuir imensamente com o resultado final deste ensaio.

<sup>3</sup> Nome fictício a fim de preservar a identidade do interlocutor.



a partir das mídias digitais. A pretensão não é a de construir uma interpretação generalista, mas de, reconhecendo o modo como experiências particulares sinalizam para contextos de relação e interação mais amplos, apontar alguns indícios sobre o modo como o gênero participa da constituição de registros de linguagem e possibilidades na produção da e na vida.

Politizar o afeto e o lugar que ele ocupa na construção da trajetória de vida das pessoas é um modo de olhar para dispositivos que articulam formas de potencialização, discriminação e precarização de vidas. Nesses termos, entendo que afeto é uma unidade analítica que pode ter a possibilidade de articular noções relativas ao sexo, ao desejo e às identidades. Se, como sugeriu Araújo (2016, p. 50), a negação do afeto – expressa na classificação de mulheres trans como as “para comer” em detrimento de as “para casar” – é uma manifestação de transfobia, ele poderia ser levado tão a sério quanto outras pautas que também constituem o escopo de atuação política dos movimentos trans.

Uma sugestão inicial é que as mídias digitais têm ganhado lugar e importância nas experiências transexuais masculinas<sup>4</sup>, destacando, principalmente, a visão de Sérgio sobre suas experiências no *Hornet* e no *Tinder* e, assim, apontar como o estabelecimento de um regime de visibilidade regula o que (não) pode ser visto ou mostrado nessas plataformas quando se pensa sobre as transmasculinidades. Trata-se aqui da visão de apenas um homem trans, possível de ser apresentada após, aproximadamente, noventa minutos de entrevista sobre a sua vida, especialmente no que se refere ao modo como busca suas parcerias amorosas e/ou sexuais. Mas, antes, como foi recorrente o uso do conceito de cisgeneridade sem a sua definição feita por Sérgio, buscarei traçar alguns de seus aspectos.

## 2. Cisgeneridade: expondo as feridas?

Os efeitos da organização de um movimento teórico e social que tenha nos corpos trans e não-binários – mas não só – a busca pelo seu protagonismo são muito potentes e apontam para um cenário de disputas conceituais e de termos mais adequados, tanto nos espaços acadêmicos quanto nos movimentos sociais. Dentre eles, um dos que merece especial atenção é o da construção e uso do conceito de “cisgeneridade” – e suas derivações, cisgênero ou cisgênera, cissexismo, cisnormatividade, etc. – como um potente articulador no que se refere à transformação dos instrumentos tradicionalmente

---

<sup>4</sup> Na tese de Simone Ávila (2014), referência sobre as transmasculinidades, há um especial dedicação a essa interseção entre essas identidades e as mídias digitais como muito importantes no processo transexualizador. João Nery e Eduardo Maranhão Filho (2017) também apontam como essas mídias têm estado presentes nas composições e interações transmasculinas.



conceituais para abordar as temáticas ligadas ao gênero e ao sexo, mas, também, em intersecção com os marcadores sociais de classe, raça, nível escolar, idade, entre outros.

Tal conceito encontra-se em disputa que, por sua vez, acaba gerando algumas divisões. Uma delas é entre ativismo e academia. Segundo Paul (Beatriz) Preciado, o termo cisgênero surge em comunidades transexuais da Inglaterra e dos Estados Unidos para denominar “(...) aquelas pessoas que se identificam com o sexo que lhes é assignado no nascimento (cis) e aqueles que contestam essa assignação e desejam modificá-lo com a ajuda de procedimentos técnicos, protéticos, performativos e/ou legais (trans)” (PRECIADO: 2014, p. 94. tradução livre) .

De acordo com a dissertação de mestrado de Brune Camillo Bonassi (2017), texto dedicado a pensar a produção social a partir da ordem cisnormativa, o termo, cisgeneridade e suas derivações, começa a ganhar força no Brasil por intermédio da organização do Transfeminismo ou, feminismo transgênero, sendo a sua definição, uso e alargamento, amplamente defendidos por ele. Uma das autoras que também dedica sua dissertação de mestrado em defesa de tal conceito e dos seus efeitos é a viviane v. (2015). Em seu texto, a defesa do conceito de cisgeneridade, além de aproximar-se da definição de Preciado acima citada, possui um objetivo decolonial. Em outros termos, trata-se de um esforço de escancarar o processo de colonização – não somente no sentido histórico comumente aprendido, mas como efeito deste – por meio do qual colonizou (lembrando que colonização é sempre um processo de silenciamento e de hierarquização) as posições de poder, como as ligadas à produção do saber que, por meio dos (no masculino mesmo) cientistas, especialmente ligados à medicina e aos saberes psis, estabeleceram os limites entre o normal/anormal, saudável/patológico, são/louco, trans/(?). Isso evidencia uma epistemologia cisnormativa, que só passou a ser tensionada a partir da emergência das falas, discursos e representatividades transexuais e travestis.

O ponto de interrogação do (aparentemente) não binário “trans” tem sido recentemente produzido pelos saberes transexuais e travestis. Se o termo cisgênero, como aponta Amara Moira Rodovalho (2017), parece ser reducionista das experiências de quem se sente confortável em estabelecer uma correspondência entre performances de gênero e as suas genitálias, é porque, antes, reduziu corpos transgêneros a uma experiência universalizada e, como a própria permanência como patologia declara, como o outro a ser estudado e investigado por meio de técnicas disponibilizadas pelos processos de colonização dos saberes.

(...) ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como “trans” a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como



“cis”, cabendo-nos apenas pensar formas de fazer com que as duas imagens propostas nessa metáfora, aquilo-que-cruza e aquilo-que-deixa-de-cruzar, se traduzam em sentidos mais palpáveis. (RODOVALHO, 2017, p. 365).

O conceito de cisgeneridade é um dispositivo de localização de sujeitos e enunciados. Nesses termos, é preciso refletir sobre o modo como perspectivas e experiências particulares propiciam olhar para fenômenos e questões de maneira também particulares. Trata-se, assim, de um mecanismo crítico para pensar as políticas do conhecimento. A defesa do conceito de cisgeneridade não é a criação do reforço do binário, é a sua evidência. O termo possui uma potência não somente de evidenciar a nomeação dos privilégios garantidos a quem “não cruza” as margens do gênero, mas, antes, o de deixar explícito as configurações de poder que (re)produzem e reduzem corpos, pois, se o termo buscasse somente evidenciar privilégios ele seria, de fato, ineficaz, já que é possível um homem trans passável<sup>5</sup> possuir, em alguns espaços e momentos, mais segurança do que mulheres cisgêneras, por exemplo – claro que, salvaguardando seus contextos e sem a intenção de uma generalização, utilizo tal comparação apenas como um recurso analítico. Se a defesa do termo cisgênero lhe causa estranheza, tente o exercício, especialmente se não se tratar de um/a leitor/a trans: como se sentiria em ser pesquisado somente por pessoas trans de modo que (somente) eles/as tivessem as ferramentas de pesquisa, de produção, de controle e de designação?

O conceito de cisgeneridade pode ser pensado como uma tecnologia de descrição e de localização de enunciados no sentido de considerar os efeitos políticos e recursivos que determinadas constituição de gênero fazem uso, além de tomar certos lugares como não-marcáveis por se posicionarem em posições privilegiadas. Intento aqui estabelecer o que Leila Dumaesq (2016) propõe como um “sistema de escuta horizontal” por meio do qual eu, sujeito da escuta, marcado por ser cisgênero, branco, acadêmico, viado, classe média e, assim, com alguns privilégios quando comparado às pessoas trans, como o fato de ser eu o escritor sobre a transexualidade masculina – ao

---

<sup>5</sup> A passabilidade é, segundo Guilherme Almeida (2012, p. 519), “(...) utilizada para referir-se a uma capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Essa capacidade pessoal envolve tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero”. Aliás, o autor aponta que a passabilidade é algo muito comum na experiência da transexualidade masculina. Os transhomens, após retirarem suas mamas e fazerem uso de hormônios, conseguem alcançar uma estética mais próxima dos padrões das performances do gênero masculino do que, quando comparados, com mulheres trans e travestis que precisam de um conjunto maior de técnicas com pelos, voz, traços do rosto, pomo de adão, entre outras. Não quero, com isso, dizer que pessoas trans buscam ser passáveis, há várias que não fazem a menor questão, aliás, muitos/as até preferem evidenciar suas estéticas “entre-gêneros” ou para além dos gêneros, mas, de alguma forma, a passabilidade pode ser desejada por alguns/umas, pois, assim, estariam mais próximos/as do polo de proteção que há para pessoas (mesmo que aparentemente) cisgêneras na linha dos privilégios que decaí para as pessoas que se afastam das performances padrões de gênero, independentemente de suas genitálias.



contrário de ser o próprio homem trans escrevendo e dizendo sobre as suas experiências. Reconhecer as categorias de marcação que me atravessam enquanto pesquisador é se aproximar, ainda que mantendo a posição colonialista de acadêmico, da proposta de uma outra produção epistêmica, proposta por Spivak (2010), na qual o pesquisador reconhece que o lugar que ocupa é produzido a partir de ferramentas linguísticas que não só me garantem a fala - até mesmo o capital cultural hegemônico exigido para ser acadêmico -, como também me garantem a escuta por fazer parte do referencial hegemônico que sustenta o pesquisador num lugar de autorização, ao mesmo tempo em que produz o lugar do subalterno como o objeto a ser estudado.

Compreendo, assim, que o lugar que ocupo não me permite falar pelo subalterno (lugar ao qual é destinado pessoas trans ou não-binárias, especialmente no Brasil), mas pode nos abrir caminhos para falar contra a produção do lugar de subalternidade, isto é, produzir um discurso contra hegemônico. Dado a explícita cisgeneridade epistêmica, que se expressa tanto na marcação de pessoas trans como objeto de estudo, mas também nos poucos diálogos entre acadêmicos estabelecidos e a crescente publicação e produção científica protagonizados por pessoas trans e travestis, torna-se urgente um exercício de alteridade por meio da aproximação das afinidades entre ambos.

Ainda, implica considerar também a própria posição da autoria na produção do conhecimento. Como pessoa cis, entendo que a alteridade pode ser uma perspectiva positiva na constituição de parcerias que reforcem o acesso a direitos e a reflexão sobre privilégios nas relações entre sujeitos e coletividades. Penso assim que, no contexto de uma trajetória já consolidada sobre pessoas trans no Brasil, é preciso investir nas interlocuções e parcerias que se estabeleçam “com” e “a partir” de trajetórias, biografias e das intelectualidades trans e não apenas “sobre” elas. É por essa razão que, no contexto dessa produção consolidada, meu esforço analítico tem sido de priorizar as reflexões de pessoas trans como modo de compreensão das questões que me tem sido colocadas.

Adotar a cisgeneridade como uma categoria operatória de marcação de sujeitos não inverte os papéis, mas constitui, instaura e opera com instrumentais que permitam uma exegese de sujeitos e posições hegemônicas/colonizadoras/privilegiadas, principalmente se a partir de subjetividades que se encontrem em outros eixos e lugares na construção de racionalidades epistêmicas comprometidas com um projeto progressista de descolonização do pensamento.

A defesa de seu uso e problematização é também potente para pensar experiências de transfobia. A preferência em utilizar somente o termo transfobia para tratar de situações de violência ou de vulnerabilidade de pessoas trans pode evidenciar uma problemática: a individualização do



problema, como se a responsabilidade das atitudes transfóbicas fosse do/a transfóbico/a única e exclusivamente, e não da produção coletiva do saber, isto é, ignorar que seus efeitos são resultados de um processo de produção do saber produzido somente a partir da escuta cisgênera, não só deixando de lado, mas também invisibilizando e, assim, silenciando, pessoas que não estão em conformidade com as normativas de gênero. viviane v. (2015) aponta que isso não será possível sem um esforço que leve em conta a interseccionalidade, ou seja, não somente evidenciando as hierarquias e binarismos de gênero, mas também os ligados à sexualidade, à classe, à raça, e eu acrescentaria, à faixa etária, à nacionalidade, ao capital cultural, etc.

Entretanto, além das divisões assimétricas que o conceito estabelece entre academia e ativismo, ele também gera controvérsias dentro do próprio movimento de travestis e transexuais. Além de viviane v. (2012 apud COACCI, 2013) ter apontado que as pautas transfeministas assinalam partir de pessoas mais jovens, Carvalho e Carrara (2015) também percebem isso em suas pesquisas, ainda mais porque, assim como também aponta Jaqueline Gomes de Jesus (2014), o movimento transfeminista tem se dado nos ambientes on-line possibilitados pelo acesso à internet que, por si só, estabelece limites de classe e de idade quanto ao acesso e aos usos das mídias digitais.

Por fim, outro ponto de tensão: a relevância da internet como palco de ação política. Algumas ativistas mais antigas criticam o que consideram uma supervalorização da internet como espaço para o ativismo. Estas argumentam que as coisas e a vida acontecem no “mundo real” e não na internet. Por outro lado, as/os ativistas mais jovens reivindicam a importância deste espaço para interlocuções com outras/os atrizes/atores da sociedade civil, assim como uma ferramenta potente no diálogo com a sociedade englobante. Tais dicotomias refletem outro conflito geracional mais amplo. Ativistas mais antigas alegam que pouca coisa se conquista de fato pela internet, pensando em termos de legislações específicas ou proposições de políticas públicas; enquanto a nova geração parece se preocupar mais centralmente com a mudança de mentalidades. (CARVALHO & CARRARA, 2015, p. 396).

De qualquer forma, independentemente da geração<sup>6</sup>, dos termos ou das identidades que utilizaremos, nada mudará o fato de que as pessoas que transgridem as normas de gênero têm mais chances de perderem proteção, segurança, dignidade e, assim, suas potências de vida por meio de processos de estigmatização (PERES, 2010) que passam por outros atravessamentos, os quais demandam esforço outros que, geralmente, não são enfrentados pelos/as que correspondem às normas

---

<sup>6</sup> É salutar evidenciar, mas, de antemão, afirmo não poder dar maiores informações a respeito, já que se trata de algo pouco explorado, que quando se trata de crianças e de adolescentes, ocorrem discursos que buscam deslegitimar o que sentem enquanto pessoas trans por, muitas vezes, não serem reconhecidos/as como pessoas “ainda formadas” ou capazes de garantir suas autonomias identitárias fazendo que suas identidades e sensações sejam encaradas como “fases” ou “incertezas” por serem jovens. Entretanto, tais levantamentos ainda precisariam de uma investigação mais densa.



de gênero. Os espaços, sejam eles on ou off-line, parecem ser ininteligíveis e propensos às violências contra a população trans tendo em vista que são espaços ordenados a partir de uma arquitetura heterocisnormativa (heteronormatividade + cisnormatividade) ou cisheteronormativa.

No que tange os espaços off-line, Sérgio, ao contar que frequenta saunas e baladas *gays* à busca de sexo, me deixava curioso sobre como negociava a visibilidade de sua transexualidade nesses ambientes tendo em vista o modo como esses espaços são produzidos a partir de uma norma de gênero pautada por essa cisheteronormatividade. Sobre a sauna, ele narra:

Bom, foi a primeira vez que eu lidei com o público gay, no sentido de conversar, no sentido de pegação, como é que fala, no sentido de flertar, né? Foi a primeira vez que eu flertei com o público gay. E me assumindo homem trans, né? Falando para eles que eu sou homem trans e ainda assim continuar tentando flertar. Não sei se você entendeu. Então, lá tipo, é um ambiente escuro e tals, que dá para você disfarçar muita coisa. Tipo, você vai de faixa, né? Uma regata. Você coloca uma cuequinha com pinto. E aí não dá para ninguém perceber nada. Aí você faz a linha “não me toque”. Você faz a linha “não deixe que as bichas te toquem”, sabe? E aí você faz todo o trabalho, tipo, você faz o sexo oral no cara e tals, tipo, mas tipo lá, por exemplo, já comi um viado, mas ele sabia que eu era trans. Mas ele ficou trocentos anos processando a ideia para isso acontecer, sabe? E ele foi muito escroto no começo, sabe? Ele foi muito preconceituoso, mas tipo, ele era muito viado. Aí no final ele acabou cedendo. Então, eu já tentei em balada, sabe? Mas não deu certo porque os caras ficaram achando que eu era uma lésbica. Aí eu falei que não. Aí o cara falou “você tem pinto?” Eu falei “Tenho, pega aqui”, ele falou “eu vou pegar”, eu falei “então pega então”, aí o outro cara falou “mano, deixa ele”. Aí os dois foram embora. (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

Além da sauna, Sérgio relatou uma experiência em um banheiro masculino:

Ah, teve uma no banheiro uma vez, mas foi meio bizarro. Porque o cara começou a se masturbar na minha frente e eu não sabia o que fazer. Entrei em pânico. Mas tipo, foi a primeira vez que isso aconteceu, sabe? Meio que pegação de banheiro, sabe? É, fui no banheiro de boa. E o cara começou a falar umas coisas e eu tava muito louco. E aí ele começou a fazer isso. E eu não sabia o que fazer porque nunca tinha acontecido isso comigo. E aí eu fiquei lá parado, olhando. E aí foi isso. (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

Ambos os trechos destacam alguns desafios que homens trans enfrentam em ambientes de sociabilidade off-line. Dentre eles, a ininteligibilidade de suas identidades e a necessária explicação de si para conseguirem estabelecer relacionamentos afetivos e sexuais. Às vezes, mesmo depois de muitas explicações e de alcançar a inteligibilidade, eles ainda acabam sem o/a potencial parceiro/a. Além disso, o primeiro trecho também explicita uma preocupação com o toque em seu corpo





mostrando-nos que, inclusive, o direito ao prazer e aos usos dos corpos trans existe com certas limitações e inseguranças configuradas pela heterocisnormatividade que podem enfraquecer seus graus de desejabilidade e de potência de vida. Sendo assim, ainda que isso não seja algo exclusivamente de pessoas trans – mas quando se trata de pessoas trans se dá por outros atravessamentos –, a internet tem sido um dos meios de busca de parceiros/as afetivos e/ou sexuais porque, afinal, além de mais seguro, é menos desconfortável decepcionar-se em casa do que na balada ou na sauna, ou seja, o público pode se mostrar tão violento a ponto de se imaginar que seria fácil lidar com esses enfrentamentos em espaços privados – se é que se pode considerar um quarto com acesso à internet como um espaço estritamente privado em tempos da era digital.

### 3. Mídias digitais e transmasculinidades

A popularização da internet e o acesso estrutural ao computador podem ser pensados como modos de sofisticação das relações das pessoas com a informação e, em alguma medida, também tem um efeito ativo na produção de reflexividades e de espaços de confissão e testemunho que constituem as sociabilidades contemporâneas. No contexto afetivo e erótico, essas novas mídias atualizam e dinamizam possibilidades já previstas por meios como anúncios, espaços comerciais, ou mesmo espaços “públicos” para “públicos” específicos. Mas, mais que isso, elas também participam do próprio processo de produção de sujeitos em sua dimensão política na medida em que oportunizam, àquelas que partilham de códigos e meios, instrumentos para compartilhamento e troca de experiências, exemplo do que sugere Simone Ávila (2014) ao refletir sobre o lugar da internet e das mídias digitais no contexto das transmasculinidades.

Para a autora, é possível perceber como as mídias digitais, para além dos aplicativos, como *blogs*, canais no *Youtube* e/ou comunidades criadas no *Facebook* (ou no falecido *Orkut*, plataforma em maior destaque na pesquisa citada), por exemplo, são primordiais não só no processo de autoidentificação como transhomens, mas também no que se refere aos procedimentos de transição dos mesmos<sup>7</sup>.

Flávio conta que se descobriu “transexual” em 2002, quando adquiriu um computador e começou a pesquisar na internet sobre sexualidade. Ele ingressou em “um grupo de homossexuais femininas, mas lá eu não fui bem aceito, então me disseram que eu deveria ser um transgênero. Pesquisando a respeito,

<sup>7</sup> Cabe também a fala de Matheus Toledo (2017), em depoimento para o documentário *Corpos vivíveis*, no qual narra não só o seu processo de autoidentificação por meio do *Facebook*, mas também como recurso que viabilizou o seu processo de hormonização.



achei a definição *transexualismo* e me encontrei”. Neste sentido, a internet marcou sua vida por proporcionar informações que o ajudaram na autoidentificação trans. Porém, ele não se deteve apenas nessas informações. Naquela época ele conheceu outro transhomem na internet, que lhe deu “um bom suporte para o começo e orientação sobre como iniciar a transição”. Por meio da internet, Flávio passou a fazer parte de redes sociais em 2007, como o *Orkut*, onde criou uma comunidade virtual para transhomens, “para ajudar outros FTM, aconselhando e orientando como posso”. (ÁVILA, 2014, p. 47. Grifos da autora).

João Nery e Eduardo Maranhão Filho também apontam que a ausência de visibilidade da identidade transmasculina faz com que haja, entre eles, “(...) um isolamento social, sobretudo no próprio quarto, como forma de se preservar do sofrimento em contato com as relações sexuais” (2013, p. 154). Isso fomenta a busca das mídias digitais para a construção de suas redes de apoio a fim de garantir certa inteligibilidade para as suas experiências. Sérgio, apesar de não ter discorrido sobre as mídias relacionando-as ao seu processo de transição, me disse muito sobre o uso delas para a busca de seus/suas parceiros/as afetivos e sexuais. O fato de ter que buscar, de modo preferencial na internet, não só suas buscas por encontros/relacionamentos afetivos e sexuais, bem como mais informações sobre como lidar com o processo transexualizador, evidencia que há um regime de visibilidade que, já num primeiro momento, pode apontar para uma frágil afirmação geral: as experiências transexualizadoras não podem ser públicas, devem ser privadas, o que não quer dizer que, necessariamente, elas se darão de modo individual, mas, em grande medida, on-line.

A interdição eminentemente pública das questões transexualizadoras impostas pela configuração cultural heterocisnormativa não implica dizer que, no espaço privado, não existam os efeitos do regime de visibilidade. Esse regime não só atravessará as plataformas e as redes que estão disponíveis e que podem ser utilizados para alcançar uma inteligibilidade do processo transexualizador masculino, como também a maneira por meio da qual homens trans ou não-binários construirão seus perfis nessas mídias, até mesmo a forma como estabelecerão contato com as pessoas de seu interesse. Quanto a esse regime e ao modo como ele atravessa a busca por encontros afetivos/sexuais (o foco deste texto), cabe dizer que:

Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição ou invisibilidade. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana.



Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável. (MISKOLCI, 2014, p. 62).

Os processos que atravessam o modo como a população trans negociará a (in)visibilidade de sua identidade diverge do modo como pessoas cisgêneras estabelecerão suas interações on-line na busca por parceiros. João Nery e Eduardo Maranhão Filho (2017), por meio de sua pesquisa com homens trans no *Facebook*, apontam que a negociação com “o segredo” (o fato de buscarem, num primeiro momento, esconderem sua transexualidade) é um dispositivo frequente nas relações afetivo-sexuais tanto on quanto off-line. No mundo off-line já foi mencionado que Sérgio lida com “o segredo” não só com a utilização de próteses, mas também impedindo o toque de terceiros em seu corpo.

Nas plataformas on-line aqui pesquisadas, a porta de entrada inicial das interações se dá pela apresentação da imagem. Serão as fotos que terão o poder de despertar interesses em outros usuários, fazendo com que eles prossigam ou abandonem a continuidade da interação que, geralmente, será seguida de uma busca pelo texto apresentado no perfil, por uma posterior mensagem privativa e por um encontro físico, caso todos os acessos anteriores continuem despertando interesse no usuário conectado do outro lado. Nas plataformas voltadas ao público gay, se torna muito notório uma maior busca por aqueles que expressam seus gêneros masculinos em maior conformidade com padrões estéticos hegemônicos, tais como: corpos musculosos, um não afeminados, o tamanho do pênis, pelos, voz grossa, entre outros atributos comumente reconhecidos como “genuinamente” masculinos<sup>8</sup>. Em suas interações receosas de assumir o lugar de não estar em conformidade com uma masculinidade hegemônica (CONNELL, 2013), Sérgio destaca suas estratégias de visibilidade:

Então, por exemplo, eles já chegam falando se é ativo ou passivo, né? Aí eu falo que eu sou passivo. Então, os caras que vêm falar comigo, ou os caras que continuam falando comigo são ativos, né? Então já é um caminho bom, ou melhor, um caminho que já ajuda, né? Aí a gente começa a conversar e tals. Aí, tipo, eu tenho que treinar alternativas, né? Eu tenho várias formas de dizer. Por exemplo, teve uma vez que eu falei assim, como eu falei?, um cara que ele reagiu bem, né? Eu falei, então, mas “ah, eu tenho um segredo para falar para você” e ele falou “que segredo?”, aí eu falei que eu era diferente das outras pessoas, e ele “como assim diferente?”, aí eu falei que era um cara que tinha nascido com vagina. Aí ele falou, aí no começo ele fez algumas perguntas e tals e depois ele entendeu que eu era um homem trans, aí ele reagiu super bem,

---

<sup>8</sup> Em Morelli & Pereira (2018), consideramos que, quando se trata da conjugação entre masculinidade e mídias digitais, tem sido evidenciado um processo de pornificação dos corpos masculinos, sobretudo pela forte referência corporal e estética produzida, em grande medida, pela pornografia homoerótica que, durante muito tempo, foi um grande referencial aos corpos desejantes homossexuais masculinos.



falou que não tinha problema e começou a me chamar de anjo e tals, e começou a me tratar com mais carinho, sabe? E falou que queria se encontrar comigo, sabe? E aí eu não me encontrei com ele. (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

Há três elementos a serem destacados no trecho acima. O primeiro diz respeito às posições sexuais. A heterocisnormatividade configura performances de gênero não só no que se refere ao modo de se vestir ou falar, mas também quanto às posições sexuais. Nessa normatividade, a posição ativa (quem penetrará) é diretamente relacionada à performance de masculinidade e a passiva (quem será penetrado/a) às performances femininas. É por isso que Sáez e Carrascosa (2016) apontarão que, dentre várias problemáticas que o cu possui, uma delas é a fragilidade de sua função como dispositivo de gênero na qual, segundo a norma, um homem que permita ser penetrado terá, de alguma maneira, que lidar com a subtração de sua virilidade. Nesse caso, estamos falando de dois homens, um com pênis e outro com vagina<sup>9</sup>. Suponho que, devido ao fato de o homem trans, mesmo sendo homem, permita ser o penetrado, faz com que o homem com pênis sinta-se mais confortável em prosseguir em interação com Sérgio. Acredito que se Sérgio só desempenhasse a função ativa, a resistência do usuário com o qual interage seria maior. Em outras palavras, mantendo-se, assim, certas hierarquias, certamente manter-se-á a possibilidade de interação.

O segundo elemento a ser destacado é o fato de Sérgio não ter concordado em se encontrar presencialmente com o usuário, especialmente quando me relata o motivo: medo. Sérgio afirma sentir-se absolutamente frágil e que numa situação de violência, certamente, teria dificuldades de reagir, sentindo-se, assim, mais vulnerável a ser atacado, seja verbal ou fisicamente, e, assim, prefere não marcar nenhum encontro. Aliás, Sérgio diz que, com as poucas pessoas que toparam seguir em interação com ele depois de revelar o seu “segredo”, chegou a ensaiar encontros – marcar e depois acabar desmarcando ou desaparecendo –, mas que nunca se sentiu, segundo ele, “empoderado o suficiente” para um encontro presencial com alguém que conheceu nas plataformas on-line<sup>10</sup>.

Isso evidencia o resultado de uma subjetividade, em certa medida, assujeitada a certos graus de fragilidade, tanto por ter nascido com um corpo com vagina, ao qual é cobrado uma posição que

---

<sup>9</sup> É salutar reforçar que estamos aqui tratando apenas de um homem trans como referência para as discussões. Portanto, não temos por objetivo generalizar as sexualidades de homens trans, pois é impossível considerar que todos sejam homo ou bissexuais. Existe uma variedade de orientações sexuais entre as pessoas trans, assim como entre as pessoas cisgêneras.

<sup>10</sup> Essa situação demonstra que *A epistemologia do armário*, de Eve Sedgwick (2007), não diz respeito somente às negociações realizadas por pessoas gays, lésbicas ou bissexuais, no qual haveria uma negociação constante da visibilidade que se dá às práticas e às identidades sexuais conforme o contexto e com quais pessoas nos relacionamos, mas também haveria, como aponta Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013), um “armário trans” no qual travestis e transexuais também precisam negociar a visibilidade de suas identidades e expressões de gênero.



necessita de proteção – inicialmente pelo pai e, posteriormente, pelo marido – ao invés de aprender a proteger-se e, além disso, o fato de ser transexual. Ou seja, há, aqui, uma dupla estigmatização que assujeita à fragilidade suas performances, o corpo com vagina e a transexualidade. Ambos, culturalmente estigmatizados e que quase autorizam situações de violências. O que não quer dizer o mesmo que tratá-lo como total indefeso e sem potência, mas como um processo que, lentamente, desencoraja à resistência frente às situações de violência.

Já o terceiro elemento diz respeito à pequena abertura que o usuário em contato com Sérgio parece ter quando ele diz ser trans e ao passar chamá-lo por adjetivos que indicam carinho. Mas, ainda assim, isso apresenta ser uma rara exceção, pois quando pergunto ao Sérgio se é comum que as pessoas entendam rapidamente o que significa ele dizer ser um homem trans e se, a partir disso, elas costumam prosseguir em interação, Sérgio me diz prontamente que não.

Por exemplo, teve uma pessoa que reagiu com muita curiosidade, no sentido de ficar fazendo muita pergunta, sabe? Por exemplo, se eu tinha feito cirurgia ou se eu não tinha feito cirurgia; se eu ia fazer cirurgia se eu não ia fazer cirurgia; como que era a cirurgia e não sei o que. Fazendo um monte de perguntas. Se eu tinha nascido mulher ou não; se eu era homem mesmo e não sei o quê. Fazendo um monte de pergunta, sabe? Todo confuso. Já usei tipo, já usei falar na lata mesmo “Sou um homem trans e tal”. E ninguém entende. Na real, quando eu falo isso as pessoas acham que eu sou travesti. Tenho que explicar, mas a maior parte das pessoas perde o interesse. (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

Se a experiência de Sérgio pode ser tomada como um ponto de observação interessante para avaliar as experiências de pessoas trans, substancialmente de homens trans, em aplicativos e o processo de busca por parcerias afetivas e sexuais, então podemos cogitar alguns efeitos sobre as adversidades envolvidas no uso e nas trajetórias dessas pessoas. A primeira delas pode ser a inteligibilidade sobre o que são para seus parceiros. Essa parece ser uma medida importante na constituição de uma relação e mesmo da sensação de “segurança” em um contexto em que a troca e encontro se estabelecem também com múltiplos níveis de negociação, com estigma, exotização e “segredo”.

O fato de ter sido confundido com uma travesti e ter que responder perguntas sobre processos cirúrgicos evidenciam outro processo da forma como lidar com a vida que diverge de pessoas cisgêneras que, na vida cotidiana, não precisam fornecer mais informações para explicar o que são, tampouco responder perguntas sobre o que possuem entre as pernas e se isso foi alcançado por meio de procedimentos cirúrgicos. Em outros termos, pessoas cisgêneras raramente têm que explicar, até



mesmo conversar, sobre seu corpo da mesma maneira como pessoas trans o têm, já que essas perguntas são, muitas vezes, as primeiras a serem realizadas, seja no off ou no on-line.

Nota-se, assim, que quando estamos tratando de espaços de sociabilidade on-line e off-line, ambos se configuram como momentos específicos e particulares mas em relação de continuidade (VAN DIJCK, 2013). Inicialmente, mais precisamente durante meados dos anos 90, momento em que a internet se torna comercial e passa a ser paulatinamente inserida nos lares, houve um enorme esforço de encarar esses ambientes como um ciberespaço. Tratar-se-ia assim de um espaço de dobra com uma possibilidade de realidade na qual poder-se-ia não só criar perfis, talvez até performances, que estendem os limites do “real”, como também, por essa (aparente) grande capacidade de invenção, significaria um risco à manutenção do real. Em outros termos, havia uma suspeita de que a internet seria descorporificada e que, por isso, seria mais possível aos usuários negociarem o que gostariam de dar visibilidade ou não. Percebemos que isso, especialmente após a disseminação da internet móvel, que se trata, como afirma Nancy Baym (2010), de um mito, o “mito do ciberespaço”.

Trata-se de um mito porque, como este texto mesmo aponta, há, nos espaços on-line, muitas continuidades do que acontece nos espaços off-line. A configuração de uma cultura heterocisnormativa não termina no momento em que estamos conectados/as, muito ao contrário, as experiências que regem a inospitalidade às pessoas trans, produzidas no chamado “mundo real”, mantêm-se presentes nas plataformas digitais, fazendo com que elas, mesmo nos espaços on-line – ao qual são, muitas vezes, empurradas para conseguirem experienciar os mais básicos processos da vida, como a busca por parceria amorosa e/ou sexual – continuam sendo ininteligíveis. Ao contrário do que era defendido no início da expansão da internet, as plataformas digitais não rompem com a realidade, tampouco trata-se de um espaço cindido com ela porque ainda que ocorram no on-line, convocam cada vez mais o corpo a estar evidente por meio de fotos ou extensamente descrito por meio de textos, seja nos perfis dos usuários ou nas mensagens trocadas privadamente.

Nota-se, assim, que quando tratamos de mídias digitais há um processo duplo no qual tendemos à uma hibridização. Nem somente técnico, nem somente social, mas híbridos. O corpo, transformado em *pixels*, ativa graus distintos de despertar desejo não muito destoantes das configurações tradicionais de gênero estabelecidas nos espaços off-line, ao mesmo tempo, que o on-line, ao reunir organizadamente, por meio das listas dos perfis dos usuários, uma infinidade de corpos em conformidade com normas de gênero, podem fazer com que o corpo off-line invista em técnicas corporais, como a musculação, para despertarem maiores graus de desejos no on-line, o



que caracteriza essas mídias como mais “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1994). Fica claro que dizer que há muitas continuidades nas mídias digitais não significa que não haja descontinuidades, mas não se trata de uma cisão completa e separada da realidade, não há um mundo virtual. Se fosse assim, Sérgio não se sentiria tão inseguro em lidar com um encontro off-line a partir do conhecimento on-line. O off-line repercute no on-line e vice-versa.

Desse modo, nota-se que as plataformas digitais guiam e direcionam de diferentes maneiras a forma como nos conectamos e construímos redes. Sérgio, ao apontar que utiliza o *Hornet* e o *Tinder*, conta que há muitas diferenças nessas duas plataformas. Em outros termos, embora se trate da mesma pessoa, a forma como ela agirá variará de acordo com a programação por meio da qual as plataformas são configuradas. Em suas palavras:

Então, o Hornet, tipo, é mais de pegação, assim, tipo mais hard, né? Tipo é mais putaria. Tipo, por exemplo, você não vai no Hornet para achar o amor da sua vida, você vai lá para buscar sexo, né? E o Tinder é mais de boa assim, é mais comportadinho e tal. Você pode ir lá para fazer amizade, para encontrar amigos, para, sei lá, talvez encontrar o amor da sua vida, mas, enfim, é mais de boa, sabe? (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

As diferenças entre as plataformas influenciam, de certo modo, como as configurações se darão. O fato de Sérgio achar que o *Hornet* está mais propenso a uma interação mais próxima de encontros sexuais efêmeros se dá por uma complexa miríade de razões, mas, para ser mais sucinto, neste aplicativo há mais recursos por meio dos quais se pode invisibilizar mais informações, pois não é obrigatório colocar fotos, tampouco descrever-se no perfil e, mesmo quando o usuário opta por fazê-los, os espaços para tais são extremamente limitados e curtos, o que garante, assim, uma maior propensão a dizer posições e interesses sexuais sem ser identificado/a. Além disso, há um significativo número de “machos discretos” ou (aparentes) heterossexuais que buscam, nesses aplicativos, práticas e encontros sexuais “clandestinos” e, também, porque ele lista os usuários conforme a localização geográfica, o que facilita o (possível) encontro dentre aqueles que estão mais próximos. Devido a isso, dá-se a impressão de que o aplicativo possui como objetivo agenciar encontros rápidos de acordo com quem está mais próximo. Desse modo, as abordagens e o modo como as pessoas estabelecem suas interações se dão por meio de perguntas que informem rapidamente o quão disponível sexualmente o usuário está, são elas: o que procura? É ativo ou passivo? Curte o quê? Onde você está?



Já o *Tinder*, por exigir que se tenha uma conta ativa no *Facebook* para acessar os seus recursos, acaba por estabelecer uma maior “convergência identitária” (RAMOS, 2015), isto é, ele visibiliza dados presentes no perfil do *Facebook*, tais como fotos, amigos e páginas curtidas em comum, o que permite, assim, a visibilidade de mais informações que tornam mais eficaz a identificação do/a usuário/a. Como é mais possível saber quem está do outro lado da tela, quais são os amigos e interesses em comum, as conversas até podem acabar em uma transa, mas o início da abordagem muda. Geralmente, começa-se perguntando se está bem, comentários sobre as pessoas que têm em comum, ou seja, haverá, com menor frequência, perguntas diretamente e exclusivamente focadas no encontro sexual. Isso abre espaço para um maior conhecimento sobre o/a outro/a. Sérgio aponta que sente que no *Tinder* as pessoas compreendem mais sua transexualidade:

O interessante é que no *Tinder* você é mais aceito enquanto homem trans do que no *Hornet*. Porque no *Tinder* parece que as pessoas são de classes mais altas do que no *Hornet*; que as pessoas tem mais informação no *Tinder* do que no *Hornet*. (...) Então, eu senti que no *Tinder* as pessoas estão um pouco mais abertas, mas assim, mais para amizade, né? Não tanto para o que a gente quer, né? (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

De qualquer forma, o que não varia de acordo com as plataformas é a cisnormatividade. Sérgio declara perceber que as perguntas sobre procedimentos cirúrgicos são, majoritariamente, para saber se ele possui um pênis de acordo com a percepção normativa do mesmo, isto é, biologicamente, em detrimento de tecnicamente configurado. Em outras palavras, a exigência nos aplicativos é de uma correspondência entre masculinidade e pênis, não havendo, assim, muito espaço para que pessoas trans, mesmo quando performam o masculino, sejam procuradas e desejadas. Nas palavras de Sérgio:

(...) os aplicativos não foram feitos para as pessoas trans usarem. Então, a gente sente que a nossa identidade é uma identidade marginal nesses aplicativos. E que eu me sinto uma pessoa de identidade marginal usando os aplicativos gays. Não só os aplicativos gays, mas em todo ambiente gay, assim, físico, por assim dizer, eu me sinto um marginal por estar ali. Tipo, eu não me sinto bem-vindo. (Entrevista Sérgio, 27 ago. 2015).

À vista disso, mais do que romper com o “mundo real”, pelo menos no que se refere à vivência transmasculina na busca por parceria afetiva/sexual, há uma expressa continuidade da configuração cisnormativa dos corpos, inclusive guiando critérios de escolhas dos homens que estão presentes nessas plataformas de modo que, ser cisgênero, parece ser um deles. Por isso que essas plataformas possuem o que estamos aqui chamando de CISTemas. Tal afirmação não possui a intenção de dizer





que todas as possibilidades estão determinantemente fechadas para alterações ou invenções, mas ensaia um campo repleto de restrições e limitações que podem despotencializar o próprio exercício do afeto para aqueles e aquelas que transgridem e rompem as normas de gênero.

## 5. Considerações finais

O texto aqui apresentado traz algumas pistas sobre como a transexualidade masculina tem se dado em meio às mídias digitais, especialmente no que se refere à busca por parcerias sexuais e afetivas. Podemos dizer que as identidades transmasculinas possuem, no atual contexto, um enorme desafio para garantirem certa inteligibilidade às suas experiências e configurações identitárias e corporais. Seus corpos ainda geram não só pouco entendimento sobre como estão/são inventados, como também fazem com que sejam, quando há um mínimo de inteligibilidade, descartados – pelo menos em larga medida, mas, certamente, não é um final pré-determinado e nada variável. Esse descarte acontece primeiro na ininteligibilidade pública e coletiva sobre suas experiências, mas também nos espaços acessados por perfis privados, como o são os aplicativos voltados ao público *gay*.

Desse modo, se seguirmos as discussões de Eva Illouz (2016) sobre a demarcação de um atual mercado do afeto e do sexo no qual corpos estão em busca do estabelecimento de relações afetivas e sexuais, há alguns corpos cujas configurações estéticas são mais aceitas, procuradas e desejadas do que outros. Esse mercado sempre existiu, mas a maneira como ele funciona ganha novos contornos – e, claro, outras formas de visibilidade – a partir não apenas das mídias digitais, mas também de reconfigurações identitárias do presente. Se, como percebo em minha pesquisa (MORELLI, 2017), a masculinidade configurada sob alguns aspectos padrões, como o fato de ter que possuir um pênis em sua acepção biológica como um dos critérios mais relevantes no momento de escolher parcerias sexuais e/ou amorosas, a posição de corpos transmasculinos nesse espaço é a de descarte por, ainda que masculinos, distanciarem-se da masculinidade mais desejada. Claro que isso se dá não só pela ausência do pênis, mas também por outros elementos que, como destacados ao longo do texto, vão compondo um cenário insalubre e inóspito para pessoas transexuais porque são produzidos a partir de certas noções de inteligibilidade garantidas pela cisheteronormatividade.

Não quero dizer com isso que os corpos transmasculinos devem possuir ou ter que se aproximar das performances padrões masculinas. Aliás, pelo contrário, estou aqui dizendo que as transmasculinidades podem nos ensinar muito ainda sobre como podemos lidar com as expressões de



gênero de modo mais distante das cisnormatividades. As transmasculinidades estão sim, para seguir o vocabulário de Guilherme Almeida (2012), compondo novos matizes na aquarela não só das masculinidades, mas dos gêneros, pois, como exposto no texto, o movimento de homens trans possui múltiplas identidades e experiências de gênero, inclusive, de corpos que não querem aderir às expressões cisnormativas femininas e também as masculinas. Trata-se, assim, de recentes configurações estéticas com as quais muito tem a contribuir para a construção de uma inteligibilidade plural dos corpos.

---

## Referências

- ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 513-253, maio-ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200012/22858>. Acesso em: 23/05/2017.
- ARAÚJO, Maria Clara. "A solidão da mulher trans negra". In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tânia. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2016, p.49-52. (Coleção Ensaio Brasileiros contemporâneos)
- ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014.
- BAYM, Nancy. *Personal connections in the Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. 123fs. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2017.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. O "armário trans": entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento. In: III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013, Salvador. *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, p. 1-15, Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/O-%E2%80%9CArm%C3%A1rio-Trans%E2%80%9D-entre-regimes-de-visibilidade-e-lutas-por-reconhecimento.pdf>. Acesso em: 17/05/2017.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. *Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura*, v. 13, n. 2, p. 382-400, maio-ago. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/13865/9884>. Acesso em: 23/05/2017.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (org.) *História Agora*, dossiê (In) Visibilidade Trans 1, v. 1, n. 15, p. 134-161, 2013.
- CONNELL, Raewyn. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em: 25/05/2017.
- DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). *Periódicus*, n. 5, v. 1, p. 121-131, maio-out. 2016. Disponível em:



- <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17180/11337>. Acesso em 16/05/2017.
- ILLOUZ, Eva. *Por qué duele el amor: una explicación sociológica*. Buenos Aires: Katz, 2016.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgêneros como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, n. 78, p. 241-258, julho/diciembre, 2014. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>. Acesso em 21/05/2017.
- MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas – Estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, vol. 8, n. 11, p. 51-78, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543>. Acesso em: 24/05/2017.
- MORELLI, Fábio. *Não existe amor em APP? Pistas sobre o processo de subjetivação entre homens por meio de aplicativos voltados ao público gay*. 2017. 155 fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.
- \_\_\_\_\_; PEREIRA, Bruno. A pornificação do corpo masculino: notas sobre o imperativo das imagens na busca entre homens por parceiros on-line. *Civitas*, v. 18, n. 1, p. 187-203, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/28450/16660>. Acesso em: 24/04/2018.
- NERY, João W; MARANHÃO Fº, Eduardo. Transhomens no ciberespaço: micropolíticas das resistências. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.), *História Agora*, dossiê (In) Visibilidades Trans 2, v. 16, n. 2, p. 139-165, 2013.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. *Periódicus*, n. 7, v. 1, p. 280-299, maio-out. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22279/14310>. Acesso em: 23/05/2017.
- PERES, Wiliam. Travestis, Cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões. In COSTA, Horácio; et al. (Orgs.) *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 303-319.
- PRECIADO, [Paul] Beatriz. *Texto yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Buenos Aires: Paidós, 2014.
- RAMOS, José de Souza. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. *Vivência: revista de antropologia*, v. 1, n. 45, p. 57-76, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8251/5921>. Acesso em: 24/05/2017.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Revista de Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 365-373, janeiro/abril, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521/33682>. Acesso em: 23/05/2017.
- SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Pelo cu: políticas anais*. Belo Horizonte: Letramento, 2016.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, janeiro-junho, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>. Acesso em: 17/05/2017.
- SIMAKAWA, viviane vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 fs. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TOLEDO, Matheus. (depoimento) *Documentário “Corpos vivíveis”*. Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo: Assis, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vVUAnsfGuFM&feature=youtu.be>. Acesso em: 13/03/2018.
- VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. New York: Oxford University Press, 2013.

